**COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CRN-2**

**PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2012**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÃO ELETRÔNICO ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA FORMA DE DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO ELETRÔNICOS, DOTADOS DE TECNOLOGIA APROPRIADA.**

**LEI DE REGÊNCIA**: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 3.391/2001, Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

**RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO, PROPOSTA E ABERTURA DOS ENVELOPES:** Dia 28/08/2012 às 8h 30min.

**LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME:** Av. Taquara, 586, conj. 503, Bairro Petrópolis, Porto Alegre / RS.

**OBTENÇÃO DO EDITAL:** o Edital poderá ser obtido no portal [www.crn2.org.br](http://www.crn2.org.br) ou através do e-mail: [administracao@crn2.org.br](mailto:administracao@crn2.org.br).

**CONTATOS E INFORMAÇÕES:** através do e-mail acima, ou pelo telefone: (51) 3330.9324, nas segundas-feiras das 8:30 às 12:00 e, de terças à sextas-feiras, das 10:00 às 17:00, em Porto Alegre / RS.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE LICITAÇÃO**

**1. DA CONVOCAÇÃO**

**1.1.** O Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região, Autarquia Federal criada através da Lei 6.583/78, no uso de suas atribuições legais, por intermédio de sua Pregoeira designada pela Portaria nº 15/2012 de 09 de julho de 2012, torna pública a realização de Licitação sob a modalidade **PREGÃO**,na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO (MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO)**, para **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÃO ELETRÔNICO ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA FORMA DE DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO ELETRÔNICOS, DOTADOS DE TECNOLOGIA APROPRIADA,** para os funcionários do CRN2. A presente licitação se regulará pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 3.391/2001, Lei Complementar 123/2006 e, de forma subsidiária pela Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, cuja abertura far-se-á perante a Comissão de Licitação do CRN-2, ou de preposto por esta designado, no endereço, dia e local supra indicados, respeitadas as disposições deste Ato Convocatório.

**2. DO OBJETO**

**2.1.** O objeto da presente Licitação é a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de benefício de auxílio alimentação e refeição, na forma de documentos de legitimação eletrônicos (cartões de alimentação/refeição eletrônicos), dotados de tecnologia apropriada, destinados aos funcionários do CRN2, conforme especificações constantes deste instrumento convocatório e seus anexos.

**2.2.** O vale alimentação deverá obrigatoriamente ser aceito em:

a) no mínimo 2 (dois) grandes supermercados de Porto Alegre (RS);

b) no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos estabelecimentos credenciados ativos no ramo de padarias, mercados e similares na cidade de Porto Alegre (RS);

c) no mínimo 1 (hum) estabelecimento em cada um dos bairros da cidade de Porto Alegre (RS);

d) no mínimo 40% (quarenta por cento) dos estabelecimentos credenciados ativos no ramo de padarias, mercados e similares na cidade de Santa Maria (RS).

**2.3.**  O vale refeição deverá obrigatoriamente ser aceito em:

a) no mínimo 10 (dez) restaurantes e/ou estabelecimentos similares localizados num raio de 2 (dois) Km da sede do CRN2, situada na Av. Taquara, nº 586, conj. 503, bairro Petrópolis em Porto Alegre (RS).

b) pelo menos 40% (quarenta por cento) de estabelecimentos credenciados e ativos em praças de alimentação de no mínimo 08 (oito) shoppings, localizados na cidade de Porto Alegre;

c) no mínimo 1 (hum) estabelecimento em cada um dos bairros da cidade de Porto Alegre (RS);

d) no mínimo 02 (dois) restaurantes e/ou estabelecimentos similares localizados num raio de 2 (dois) Km da Delegacia do CRN2, situada na Av. Alameda Montevidéo, nº 322, sala. 404, bairro Nossa Senhora de Lourdes, na cidade de Santa Maria (RS).

**2.4.** Os vales alimentação e refeição deverão também ser aceitos em pelo menos 60% (sessenta por cento) dos municípios do interior do Rio Grande do Sul.

**2.5.** O fornecimento de vale alimentação ou refeição é fornecido atualmente para 18 (dezoito) funcionários (podendo ser alterado sem prévia comunicação), no valor de R$ 385,00 (trezentos e oitenta e cinco reais) mensais, para cada funcionário, valor este alterado anualmente conforme dissídio da categoria.

**3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar desta Licitação pessoas jurídicas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação e que:

**3.1.1.** Atendam às condições deste Edital e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório de Notas e Ofício competente ou por Pregoeiro oficial ou Equipe de Apoio, à vista dos originais.

**3.1.2.** Sejam legalmente constituídas, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico-fiscal e não tenham sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública.

**3.1.3.** Não estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

**3.1.4.** Não tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

**3.2. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações, concedido às microempresas e empresas de pequeno porte, pela Lei Complementar nº 123/2006, que se enquadrarem em qualquer das exclusões relacionadas no parágrafo quarto do seu artigo terceiro.**

**3.3.** Não será admitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País.

**3.4.** É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação.

**3.5.** Não será admitida a participação de empresas em consórcio.

**4. DOS DOCUMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** Os documentos (originais ou cópias) especificados nesta seção deverão ser apresentados em fase de credenciamento, após abertura da seção pública e somente serão aceitos até que seja declarada encerrada esta fase pelo Pregoeiro.

**4.1.1.** No caso da apresentação de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião, pelo Pregoeiro, ou por servidor integrante da Equipe de Apoio à vista do original.

**4.2.** A licitante poderá apresentar para o credenciamento junto ao Pregoeiro, um representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório.

**4.2.1.** Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

**4.3.** Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

**4.3.1.** Documento oficial de identidade.

**4.3.2.** Documento comprobatório da representação, sob uma das seguintes formas:

**4.3.2.1.** No caso do representante ser sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da licitante, deverá apresentar cópia do **CONTRATO SOCIAL** em vigor ou Estatuto, no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos de assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

**4.3.2.2.** No caso de procurador, **INSTRUMENTO PÚBLICO DE PROCURAÇÃO**, ou instrumento particular com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços, negociar preços diretamente com o Pregoeiro e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da empresa representada.

**4.4.** A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá à participação da licitante na fase de lances e apresentação recursos e outros atos da sessão pública, ficando limitada sua participação à classificação de sua proposta escrita, conforme as regras do presente pregão.

**4.5.** Os representantes não credenciados das licitantes poderão assistir à sessão pública na

qualidade de cidadãos comuns.

**4.6.** O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado mediante justificativa devidamente instruída de documentos como atestados médicos ou declaração de

impedimento por força maior.

**4.7.** Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

**5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA**

**5.1.** Os proponentes deverão apresentar toda sua documentação pessoalmente, por intermédio de seu representante legal ou procurador devidamente credenciado, diretamente na sede do Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região, respeitada a data e horário limite para o seu recebimento, não sendo admitida remessa através de via postal ou outro meio não previsto neste Ato Convocatório.

**5.1.1.** Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

**5.2.** Os documentos deverão ser apresentados em original, ou cópia autenticada por Cartório

competente ou pelo Pregoeiro, ou ainda por publicação em órgão oficial.

**5.3.** A falta na entrega da documentação no dia, hora e local estabelecidos, implicará desistência da participação no certame, sendo que nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer adendos ou acréscimos relativamente à documentação e à proposta.

**5.4.** Os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

**5.5.** Quaisquer documentos, necessários à participação no presente certame, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

**5.6.** O CNPJ indicado nos documentos deverá ser o mesmo da empresa que efetivamente vai

fornecer os serviços objeto da presente licitação.

**5.7.** Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fax símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos ou gráficos apenas como forma de ilustração do objeto da proposta de preços.

**5.8.** Cada licitante deverá apresentar três envelopes de documentos, sendo eles: das Declarações Preliminares, da Proposta de Preço e da Habilitação.

**5.9.** Os três envelopes distintos deverão ser opacos, lacrados e endereçados à Comissão de

Licitações, conforme segue:

**Envelope das Declarações Preliminares:**

**CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS - 2ª REGIÃO**

**À COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2012**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÃO ELETRÔNICO ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA FORMA DE DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO ELETRÔNICOS, DOTADOS DE TECNOLOGIA APROPRIADA.**

**Título:** “**DECLARAÇÕES PRELIMINARES**”

**PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL):**

**Envelope da Proposta de Preços:**

**CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS - 2ª REGIÃO**

**À COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2012**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÃO ELETRÔNICO ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA FORMA DE DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO ELETRÔNICOS, DOTADOS DE TECNOLOGIA APROPRIADA.**

**Título:** “**PROPOSTA DE PREÇOS**”

**PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL):**

**Envelope dos Documentos de Habilitação:**

**CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS - 2ª REGIÃO**

**À COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2012**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÃO ELETRÔNICO ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA FORMA DE DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO ELETRÔNICOS, DOTADOS DE TECNOLOGIA APROPRIADA.**

**Título:** “**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**”

**PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL):**

**6. DAS DECLARAÇÕES PRELIMINARES**

**6.1.** O envelope "Declarações Preliminares” deverá conter:

**6.1.1.** Declaração de que o objeto ofertado atende todas as especificações descritas no Edital e, de que atende todos os requisitos de habilitação, conforme modelo do anexo II.

**6.1.2.** Declaração de estar enquadrada, se for o caso, na definição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, conforme o artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, conforme modelo do anexo III.

**6.2.** A não apresentação da declaração de que trata o item 6.1.1 implicará em exclusão da licitante do presente certame, mediante sua desclassificação.

**6.2.1.** O equívoco pelo qual a licitante deixou de apresentar a declaração poderá ser sanado junto ao Pregoeiro desde que a mesma tenha credenciado representante para participar da sessão e este declare em nome da empresa quando argüido da omissão, precluindo o direito de fazê-lo caso não esteja presente, não haja representante credenciado ou omita-se novamente.

**6.3.** A omissão em apresentar a declaração de que trata o item 6.1.2 implicará na presunção de qualificar a licitante como não enquadrada nas definições de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, precluíndo o direito de apresentá-la quando encerrada a fase de credenciamento.

**7. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**7.1.** A proposta deverá ser apresentada em uma via, em língua oficial do Brasil salvo, quanto a expressões técnicas de uso corrente, em papel timbrado da licitante ou identificada com o carimbo padronizado do CNPJ e endereço completo, datilografada ou impressa, sem ressalvas, emendas ou rasuras, acréscimos ou entrelinhas, com as folhas rubricadas e a última assinada pelo representante legal, contendo:

**a)** percentual sobre o faturamento mensal do CRN2, a ser cobrado a título de taxa de administração, considerando a quantidade e valores descritos no item 2.5 deste Edital, irreajustáveis, que constituirão a única e completa remuneração para os serviços objeto desta licitação, respeitando os valores máximos consignados neste Edital, não sendo admitida taxa negativa, onde já deverão estar computados, na composição do preço proposto, todos os custos necessários ao perfeito cumprimento do objeto desta licitação, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, transportes incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação, devendo obedecer a todas as especificações contidas no Edital e seus anexos.

**b)** a apresentação das propostas deverá obedecer preferencialmente o modelo padrão de proposta de preços, conforme anexo IV deste Edital, em conformidade de formatação, na ordem e sem alteração das informações preestabelecidas no documento.

**c)** declaração expressa de que está capacitada para atender o objeto do Contrato e efetuar outros credenciamentos por solicitação do CRN2, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da solicitação, apresentando relação dos convênios e estabelecimentos atualmente credenciados com nome, e-mail, endereço e telefone de contato.

**7.2.** Declaração expressa de que no preço cotado estão incluídos todos os custos necessários e despesas inerentes à prestação dos serviços licitados, tais como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o fornecimento dos serviços constantes da proposta, abrangendo, assim, todos os custos necessários ao fornecimento do objeto e a manutenção destas condições durante a vigência do Contrato.

**7.3.** Os percentuais propostos deverão ser expressos necessariamente com 02 (duas) casas decimais após a vírgula, não podendo ultrapassar este limite de casas decimais (ex. 9,87%).

**7.4.** Não será aceito pedido de faturamento para terceiros.

**7.5.** O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias correntes a contar da data de apresentação dos envelopes. Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado de 60 (sessenta) dias correntes.

**7.6.** A licitante somente poderá retirar sua proposta, mediante requerimento escrito ao Pregoeiro, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

**7.7.** Ocorrendo discrepância entre o percentual expresso em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias.

**7.8.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como aquelas que oferecerem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

**7.9.** Serão desclassificadas as propostas que contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação, apresentem preços inexequíveis e exorbitantes, bem como aquelas que impuserem condições diferentes das dispostas neste Edital e seus anexos ou que se opuserem a qualquer dispositivo legal vigente.

**7.10.** O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que desejar usufruir o regime diferenciado e favorecimento em licitações concedido pela Complementar Lei nº 123/2006 deverá declarar, no ato de apresentação de sua proposta que atende os requisitos do artigo 3º da mencionada Lei.

**8. DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**8.1.** No dia, hora e local designado neste Edital, o Pregoeiro declarará aberta a sessão pública e, na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, procederá ao que se segue:

**8.2.** Iniciará pela verificação das Declarações Preliminares:

**8.2.1.** Procederá a abertura do envelope número 1, contendo as “Declarações Preliminares”,

sendo elas: declaração do licitante dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e atende ao Edital e declaração de enquadramento na qualificação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

**8.3.** Após, terá sequência a fase de credenciamento de representantes.

**8.3.1.** Será feita a conferência do credenciamento dos representantes legais, mediante confronto do instrumento de credenciamento, Contrato Social ou documento constitutivo da licitante e documento de identificação do representante, sendo permitido no máximo um representante por licitante.

**8.3.2.** Será declarado, após consulta aos presentes, não havendo ninguém que declare intenção de credenciar representante, o encerramento da fase de credenciamento.

**8.3.3.** O encerramento da fase de credenciamento, fará precluir o direito de sanar falhas nas declarações preliminares bem como de desistência do certame, após o que não será admitida a retirada das propostas.

**8.4.** Após, será recolhido os envelopes “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação”.

**8.5.** Após será dada como aberta a sessão pelo Pregoeiro, não sendo mais admitidas novas proponentes.

**8.6.** Após, o Pregoeiro passará a verificar, para todas as licitantes, a conformidade das propostas com as exigências constantes deste Edital, bem como a classificação das mesmas para a fase de lances.

**8.6.1.** Será desclassificada a proposta que esteja em desacordo como o solicitado no Edital, contiver desconto ou prestação de serviços condicionada a prazos, descontos ou vantagens, de qualquer natureza, não previstos neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

**8.7.** O Pregoeiro fará a ordenação das propostas, pela ordem crescente de percentual de taxa de administração, conforme modelo de proposta de preços, anexo IV, classificará a de **menor** **preço (percentual) mensal** **do lote** e, subsequentemente, aquelas de percentual superior em até 10% (dez por cento) da de menor percentual, conforme disposto no inciso VI do artigo 11 do Decreto nº 3.555/2000.

**8.7.1.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, por se apresentarem em absoluta igualdade de condições, o Pregoeiro realizará imediatamente sorteio, em ato público, mediante a participação de todos os licitantes presentes, para definir a ordem de oferecimento dos lances.

**8.7.2.** Quando não forem verificadas no mínimo 03 (três) propostas nas condições definidas no subitem 8.7, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), quaisquer que tenham sido os percentuais oferecidos.

**8.7.3.** Em caso de empate entre as propostas, ainda que ultrapasse o número de 03 (três) propostas, por se apresentarem em absoluta igualdade de condições, o Pregoeiro realizará imediatamente sorteio, em ato público, mediante a participação de todos os licitantes presentes, para definir a ordem de oferecimento dos lances.

**8.7.4.** A classificação de apenas 02 (duas) propostas escritas, não inviabilizará a realização da fase de lances verbais.

**8.8.** Após a verificação de todas as propostas e classificação das mesmas, iniciará a fase de lances.

**8.8.1.** Às licitantes classificadas para fase de lances, será dada oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, a partir da classificada de maior preço (percentual), reordenadas a cada nova rodada de lances, até que se esgotem as ofertas por parte das licitantes.

**8.8.1.1.** O primeiro lance verbal da sessão deverá ser inferior ao da proposta escrita de menor preço. Os demais lances deverão cobrir o lance de menor preço.

**8.8.2.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais, podendo emitir seu último preço ofertado, para efeito de ordenação de propostas.

**8.8.3.** Será considerada como mais vantajosa para o CRN2, a proposta da licitante que ofertar o **MENOR PREÇO (PERCENTUAL) MENSAL DO LOTE**, proposto e aceito, obtido na forma do disposto no item 8.8.1.

**8.8.4.** Em seguida o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao objeto definido no Edital e valor, decidindo motivadamente a respeito.

**8.8.5.** O Pregoeiro poderá ainda negociar diretamente com a licitante detentora da menor proposta de menor preço, no sentido de que seja obtido melhor valor se o ofertado pela licitante estiver em desacordo com o estimado pela Administração do CRN2.

**8.8.6.** Encerrada a etapa de lances, não sendo a licitante vencedora uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será dada às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, por ordem de sua classificação final, que alcançarem preço ofertado até 5% maior que o da então vencedora, a oportunidade de oferecerem lance inferior àquela classificada como o menor preço (percentual) ou lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate.

Apresentada proposta nas condições acima referidas, será analisada sua documentação de habilitação.

**8.8.7.** Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada no intervalo de percentual de até 5% não seja declarada vencedora, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na mesma hipótese, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**8.8.8.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.8.7, será realizado imediatamente sorteio entre elas, definindo e convocando o vencedor do sorteio para, querendo, encaminhar melhor oferta.

**8.9.** Após definida a proposta vencedora do certame, será verificada a conformidade entre a sua oferta e o preço estimado para a contratação.

**8.10.** Em havendo apenas uma oferta e, desde que a mesma atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

**8.11.** Sendo aceitável a oferta, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante, para confirmação das suas condições habilitatórias.

**8.12.** Não havendo licitante vencedor, enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos previstos no subitem 8.8.7, será analisada a documentação de habilitação da licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance.

**8.13.** Verificado que a proposta de menor preço (percentual) atende às exigências fixadas neste Edital quanto à “proposta” e à “habilitação”, será a respectiva licitante declarada vencedora, observada as disposições da Lei Complementar nº 123/2006.

**8.14.** Caso a licitante apresente documentação de habilitação incompleta ou incorreta, será declarada inabilitada.

**8.14.1.** Sendo a licitante vencedora uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e inabilitada exclusivamente devido a alguma irregularidade fiscal, receberá prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por mais dois, para apresentar comprovação de sua regularização, conforme artigo 43 da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

**8.15.** Constatado o atendimento pleno das exigências do Edital, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado o item apregoado.

**8.15.1.** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o item apregoado.

**8.15.2.** Não sendo a licitante subsequente uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será aplicado no que couber o item 8.8.7, para exercício do direito de preferência da Lei Complementar nº 123.

**8.16.** Caso não haja mais de uma licitante classificada, a oferta de menor preço (percentual) não seja aceitável ou as ofertas de menor preço (percentual) sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante que estiver na ordem de preferência para obter melhores condições para a administração.

**8.17.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, por se apresentarem em absoluta igualdade de condições, ou atingirem o preço (percentual) final de 0% (zero por cento) na etapa de lances, o Pregoeiro realizará imediatamente sorteio, em ato público, mediante a participação de todos os licitantes presentes, para definir o licitante vencedor.

**8.18.** Aclamação da(s) licitante(s) vencedora(s).

**8.18.1.** Para efeito de adjudicação, a empresa vencedora obriga-se, a fornecer no prazo de 02 (dois) dias úteis da data da reunião de abertura das propostas, a “Planilha de Readequação de Valores” adequada ao novo percentual resultante dos lances finais, sob pena de aplicabilidade das sansões previstas neste Edital. A proposta deverá ser entregue ao Pregoeiro na sede do CRN2.

**8.19.** Vistas e rubrica pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes, em todas as propostas, nos documentos de habilitação das vencedoras e no fecho dos envelopes de habilitação remanescentes.

**8.20.** Manifestação das demais licitantes quanto à intenção de recorrer, devidamente motivada, se houver manifestação positiva nesse sentido.

**8.21.** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser, obrigatoriamente, assinada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, e facultativamente pelos representantes das licitantes presentes, nos termos do artigo 21, inciso XI do Decreto nº 3.555/2000.

**8.22.** Homologação da licitação pela autoridade superior.

**8.23.** Quando todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro fixará aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas da desclassificação.

**8.24.** O Pregoeiro poderá solicitar esclarecimentos e/ou informações adicionais a qualquer das licitantes, a fim de dirimir dúvidas que, eventualmente, venham a ocorrer.

**8.25.** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.26.** No caso de a sessão do Pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fecho, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas das licitantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

**9. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**9.1.** O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos abaixo relacionados, em uma única via, sem rasuras, emendas ou ressalvas.

**9.2.** **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**9.2.1.** Registro comercial, no caso de empresa individual.

**9.2.2.** Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, acompanhado de documentos referentes à eleição dos administradores da sociedade, no caso de sociedades por ações.

**9.2.3.** Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

**9.2.4.** Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

**9.2.5.** Cópia autenticada da cédula de identidade dos responsáveis legais da licitante.

**9.2.6.** Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa licitante, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme modelo do anexo V, assinada por seu(s) representante(s) legal(is).

**9.2.7.** Os documentos mencionados nos itens 9.2.1, 9.2.2, 9.2.3 deverão estar acompanhados de todas as suas alterações ou da respectiva consolidação.

**9.2.8.** Os documentos mencionados nos itens 9.2.1, 9.2.2, 9.2.3 deverão indicar que a licitante tem, dentre seus objetivos sociais, o fornecimento de serviços da mesma natureza que o objeto desta licitação.

**9.3.** **REGULARIDADE FISCAL**

**9.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

**9.3.2.** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), no caso de empresa individual.

**9.3.3.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual se a pessoa jurídica comercializar mercadorias, conforme exigível pela natureza da atividade, relativa ao domicílio ou sede da licitante e, compatível com o objeto da licitação.

**9.3.4.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal se for prestadora de serviços, conforme exigível pela natureza da atividade, relativa ao domicílio ou sede da licitante e, compatível com o objeto da licitação.

**9.3.5.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de:

**9.3.5.1.** Certidão negativa de débitos expedida pela Secretaria da Receita Federal.

**9.3.5.2.** Certidão negativa de débitos inscritos na Divida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional.

**9.3.6.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de certidão negativa de débito, expedida pelo órgão competente do local da sede da licitante.

**9.3.7.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei.

**9.3.8.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS).

**9.3.9.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade de Situação (CRS) expedido pela Caixa Econômica Federal.

**9.3.10.** Declaração sob as penas da Lei, firmada por representante legal da empresa licitante, de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de que não emprega menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, conforme anexo VI deste Edital.

**9.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**9.4.1.** Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado **constando informação expressa** que a empresa licitante tenha fornecido, **a contento,** serviços da mesma natureza e porte do ora licitado, comprovando, dessa forma, a aptidão da proponente para o fornecimento de objeto pertinente e compatível com o requerido nesta licitação, contendo os seguintes elementos:

a) nome, CGC/MF ou CNPJ e endereço completo da empresa tomadora dos serviços e emitente do atestado;

b) nome e CGC/MF ou CNPJ da empresa que prestou os serviços;

c) descrição dos serviços;

d) período de execução dos serviços;

e) pronunciamento quanto à qualidade dos serviços e em relação ao cumprimento das obrigações assumidas;

f) local e data da emissão do atestado;

g) identificação (nome e cargo ou função) e assinatura do signatário do atestado.

**9.4.1.1.** A omissão de qualquer informação indicada nas alíneas do item anterior será analisada pelo Pregoeiro, que poderá decidir pela validade do atestado de capacidade técnica desde que as informações faltantes não comprometam a avaliação da aptidão técnica da licitante que o apresentar.

**9.4.1.2.** Uma mesma pessoa jurídica poderá emitir mais de um atestado em favor da mesma licitante; todavia, só valerão como atestados distintos se também se referirem a contratos distintos.

**9.4.1.3.** A Comissão de Licitação se reserva o direito de verificar “*in loco*” a qualidade dos serviços de que tratam os atestados de capacidade técnica, não se isentando a licitante da responsabilidade pela fidelidade das informações neles contidas.

**9.4.2.** Certidão de registro/credenciamento junto ao PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, expedida pelo Ministério do Trabalho nos termos da Portaria PAT 03 de 01/03/2002 e Decreto Federal 349 de 21/11/1991.

**9.4.3.** A licitante deve possuir, na data do pregão, em seu quadro permanente de profissional(is) de Nível Superior, exercendo cargo de Nutricionista, responsável pelo PAT, com registro no Conselho Regional de Nutricionistas. A comprovação deverá ser feita mediante apresentação de Carteira de Trabalho ou Contrato de Trabalho ou Contrato Social ou Ficha de Empregado da licitante e Atestado de Responsabilidade Técnica expedido pelo Conselho Regional de Nutricionistas.

**9.4.4.** Registro ou inscrição da empresa no CRA – Conselho Regional de Administração.

**9.5.** **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**9.5.1.** Certidão(ões) Negativa(s) de Pedido de Falência ou Concordata ou Recuperação Judicial, expedida(s) pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicilio da pessoa física.

**9.6.** As certidões de regularidade fiscal ou de inexistência de débitos deverão, na data de abertura da Licitação, estar dentro do prazo de validade nelas consignado, ou, na falta de tal prazo, serão admitidas como válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da respectiva emissão.

**9.7.** Os documentos necessários à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Qualificação Técnica e Qualificação Econômico-Financeira poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada pelo tabelião de notas. Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições de legibilidade e entendimento.

**9.8.** A autenticidade dos documentos apresentados poderá, ainda, ser verificada, pela Comissão de Licitação, através de consulta via Internet aos “sítios” dos órgãos emitentes dos referidos documentos.

**9.9.** **Sob pena de inabilitação** todos os documentos e/ou certidões apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com o endereço respectivo.

**9.10.** **Sob pena de inabilitação** a licitante deverá observar o seguinte:

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e os atestados de capacidade técnica que podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e CNPJ da filial.

**9.11.** Serão inabilitadas as licitantes que não apresentarem todos os documentos exigidos neste Edital, bem como aquelas que entregarem documentos incompletos, ilegíveis, inválidos, ou que contiverem emendas, rasuras ou outros vícios que prejudiquem a sua capacidade de comprovação.

**9.12.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

**9.13.** Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições da proposta ou outros documentos uma vez entregues os envelopes.

**9.14.** Somente serão examinados os documentos de habilitação da licitante que tenha ofertado a proposta de menor preço ao final dos lances, ou daquelas que lhe sucederem nessa ordem.

**9.15. DA HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE QUE SE BENEFICIAREM, NESTA LICITAÇÃO, DO REGIME DIFERENCIADO E FAVORECIDO CONCEDIDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06.**

**9.15.1.** As microempresas e empresas de pequeno porte que se beneficiarem neste certame do regime diferenciado e favorecido concedido pela Lei Complementar nº 123/06, após a etapa de lances, deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**9.15.2.** Havendo alguma restrição na comprovação da REGULARIDADE FISCAL, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame na sessão do pregão, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06. Após, o Pregoeiro dará ciência aos licitantes dessa decisão e intimará o licitante declarado vencedor para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento dessa declaração, ou após o julgamento de eventuais recursos, prorrogáveis por igual período, à critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.

**9.15.3.** Após a intimação referida no subitem acima, será imediatamente oportunizada a possibilidade de interposição de recurso, encerrada a sessão e extraída a ata correspondente.

**9.15.4.** Durante o prazo referido no subitem 9.15.2, não poderá ser exigida pela Administração a assinatura do Contrato de Prestação de Serviços.

**9.15.5.** A não-regularização da situação fiscal, no prazo e condições disciplinadas neste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos e condições previstos no Edital, ou revogar a licitação.

**9.15.6.** Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 8.8.7, será analisada a documentação de habilitação do licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance e, se regular, será declarado vencedor.

**10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**10.1.** O objeto da presente Licitação será adjudicado à proponente que, atendendo a todas as condições expressas neste Edital e seus anexos, for classificada em primeiro lugar de acordo com o critério de julgamento estabelecido no item 8.

**11. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** O valor da taxa de administração permitida deverá ser proposto entre 0% (zero por cento) à 3% (três por cento) sobre o valor mensal aproximado de R$ 6.930,00 (seis mil, novecentos e trinta reais), para contratação dos serviços de que trata este Edital.

**11.2.** As despesas decorrentes da execução Contrato a ser firmado entre as partes correrão a conta do orçamento do Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região, através do código orçamentário nº 62211010404048.

**12. DA ASSINATURA DO CONTRATO**

**12.1.** As obrigações decorrentes desta Licitação, a serem firmadas entre o Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região e a licitante vencedora, serão formalizadas através de Contrato, de acordo com a Minuta de Contrato constante no anexo VII, no qual serão consideradas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

**12.2.** Após a homologação da Licitação, a Diretoria do Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região agendará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, encontro com a empresa vencedora do certame para a assinatura do Contrato.

**12.2.1.** A empresa vencedorá deverá entregar os cartões magnéticos, objeto desta licitação em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de início da vigência do Contrato, na sede do CRN2 em Porto Alegre/RS, sem custo, em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência, anexo I deste Edital, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do Contrato.

**12.2.2.** A Contratada deverá apresentar no ato da contratação, a relação de todos os estabelecimentos credenciados a receber o vale alimentação e refeição, conforme especificações constantes nos itens 2.2, 2.3 e 2.4 deste Edital.

**12.3.** Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para a assinatura do Contrato decorrente desta Licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

**12.4.** Na hipótese da pessoa jurídica vencedora não assinar o Contrato no prazo fixado pela Comissão de Licitação, será chamada automaticamente a segunda colocada, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora, inclusive quanto aos preços, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**12.5.** O Contrato será firmado com o vencedor nos termos da Lei n. 8.666/93 e posteriores alterações.

**12.6.** O Contrato será firmado pelo prazo de 12 (doze) meses, somente podendo ser prorrogado na forma do item 15.

**12.7.** Caso a licitante vencedora não apresente situação regular no ato da assinatura do Contrato ou, caso venha a recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, dentro do prazo estabelecido e na vigência da sua proposta, sujeitar-se-á às sanções cabíveis, reservando-se o CRN2 o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, convocar as licitantes remanescentes ou revogar a licitação.

**12.7.1.** Na convocação das licitantes remanescentes, será observada a classificação final da sessão originária do Pregão.

**13. DO PAGAMENTO**

**13.1.** Os pagamentos à adjudicatária que vier a ser Contratada para a execução do objeto desta licitação serão feitos nos termos abaixo, consoantes os preços estabelecidos na Proposta Final após a etapa de lances.

**13.2.** Os valores dos fornecimentos sujeitam-se às seguintes regras:

**I)** o valor da taxa de administração ou da prestação de serviços será obtida multiplicando-se o índice ofertado pela licitante sobre o valor da fatura total de vale alimentação e refeição requisitados mensalmente pelo CRN2. Será a única remuneração referente à execução dos serviços;

**II)** deverão estar incluídos no preço acima todos os custos dos serviços inclusive impostos diretos e indiretos, taxas, lucro, reserva técnica, obrigações trabalhistas e previdenciárias, transporte, incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto do Contrato;

**III)** para efeito de cobranças dos valores contratuais, a Contratada, deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura, identificadas pela empresa, discriminando detalhadamente todas as importâncias devidas para o fornecimento do objeto, inclusive a retenção de impostos e tributos (se houver), correspondentes aos serviços efetivamente prestados. Havendo erro ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será reiniciado após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CRN2;

**IV)** recebida a nota fiscal/fatura discriminativa, o CRN2 providenciará sua aferição e, após aceitação dos serviços prestados, efetuará o pagamento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da respectiva nota fiscal;

**V)** o atraso no pagamento das Notas Fiscais/Faturas emitidas, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, sujeitará o Contratante ao pagamento de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do débito incidente a partir do dia seguinte ao do vencimento e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados “*pro rata tempore”, contados a partir da data de vencimento da fatura, bem como atualização do débito pelo IGP-M publicado pela Fundação Getúlio Vargas ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo*;

**VI)** o pagamento da multa será por intermédio de Nota Fiscal/Fatura específica a ser emitida após a ocorrência;

**VII)** não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à Contratada, ou inadimplência contratual.

**14. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO**

**14.1.** A execução do objeto do Contrato será coordenada, orientada e fiscalizada por um funcionário designado pelo CRN-2 para este fim, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, conforme previsto no artigo 67 da Lei n° 8.666/93, observados os critérios específicos do Termo de Referência, devendo a Contratada fornecer relatórios, informações e quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, no prazo que para tanto lhe for assinado.

**14.2.** Caberá ao fiscal do Contrato à atestação das faturas correspondentes aos serviços prestados e executados, condição indispensável para a quitação das mesmas.

**14.3.** Caberá ao fiscal do Contrato proceder à avaliação do contratado para fins de subsidiar a Diretoria e/ou Plenário na renovação anual do Contrato.

**14.4.** A Contratante poderá a qualquer tempo recusar os serviços prestados, no todo ou em parte, sempre que os mesmos não atenderem ao estipulado neste Edital e seus anexos ou aos padrões técnicos de qualidade exigíveis.

**14.5.** A Contratada deverá manter preposto especialmente designado para representá-la perante a Contratante, com a incumbência de encaminhar à solução todos os assuntos relativos à execução do Contrato.

**14.6.** A fiscalização efetuada pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante.

**15. DA VIGENCIA**

**15.1.** O Contrato terá vigência por um período de 12 (doze) meses, partir da data de sua assinatura, podendo, a critério do Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que a Contratada oferte preços e condições mais vantajosas para o CRN-2, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, podendo ser alterado, exceto no tocante ao seu objeto.

**16. DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**16.1.** **DO REAJUSTE**

**16.1.1.** O percentual proposto não sofrerá reajuste, mesmo nas prorrogações contratuais.

**16.1.2.** O valor referente à reemissão de cartões será reajustado somente nas prorrogações de Contrato, respeitado o interrogno mínimo de 1 (hum) ano tendo como limite máximo o INPC, nos termos da Lei.

**16.2. DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS**

**16.2.1.** Será permitida a repactuação do Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contados a partir da data de vigência do Contrato, devendo ser apresentada a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos, devidamente justificada/comprovada, para análise e manifestação da Contratante.

**16.3** **DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**16.3.1.** Poderá haver reequilíbrio econômico-financeiro do instrumento contratual na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual (art. 65, inc. II, alínea “d”).

**16.3.1.1.** Nesse caso, a Contratada deverá demonstrar analiticamente a variação dos componentes dos custos do Contrato, devidamente justificada, onde tal demonstração será analisada pelo CRN2 para verificação de sua viabilidade e/ou necessidade.

**17. DAS PENALIDADES**

**17.1.** A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, ainda que parcialmente, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o próprio Conselho, que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002.

**17.2.** A(s) Contratada(s) ficarão sujeitas, ainda, à penalidade de:

a) advertência formal, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, em caso de inexecução total do Contrato;

c) multa moratória de 0,5% (cinco décimos um por cento) do valor mensal do Contrato por dia de atraso na execução do serviço;

d) multa moratória de 0,1% (um décimo um por cento) do valor mensal do Contrato por dia de atraso no atendimento às solicitações da Contratante, previstas em Contrato;

e) suspensão do direito de licitar e de contratar com o Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região, pelo prazo de até 02 (dois) anos, que será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, sem prejuízo das eventuais multas aplicadas;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

**17.3.** As penalidades de advertência, de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CRN-2 e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas pelo(a) Presidente deste, podendo ser cumulativamente com a aplicação de multa, sempre que a conduta da empresa licitante ou da empresa Contratada recomende essas sanções.

**17.4.** No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

**17.5.** Se o valor da multa não for pago, será cobrado administrativamente, podendo, ainda, ser inscrito como Dívida Ativa da União e cobrado judicialmente.

**17.6.** As multas serão calculadas sobre o valor global do Contrato e são independentes, isto é, a aplicação de uma não exclui a outra.

**17.7.** A adjudicatária não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pelo Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela própria Contratante.

**17.8.** O valor da multa aplicada deverá ser recolhido por meio de Documento de Arrecadação Boleto bancário solicitado na sede da Contratante e pagos na rede bancária.

**17.9.** A sanção prevista no subitem 17.2 deste Edital, poderá ser aplicada juntamente com a do subitem 17.1.

**18. DA RECISÃO**

**18.1.** Salvo motivo de força maior plenamente justificado a critério da Contratante, o Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por ato administrativo unilateral, nas formas e hipóteses previstas nos artigos 78 e 79, da Lei n.º 8.666/93 e posteriores alterações, sem embargo da imposição das penalidades do artigo 80 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações, e das penalidades previstas no item 17 deste Edital, que se mostrarem cabíveis em processo administrativo regular.

**18.2.** Pela rescisão do Contrato caberá indenização à Contratada somente na hipótese e forma prevista no parágrafo 2.º do artigo 79 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

**18.3.** As partes reconhecem os direitos da Administração, em casos de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

**19. DOS RECURSOS**

**19.1.** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço sede do Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região, cabendo ao Pregoeiro decidir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas sobre a matéria guerreada.

**19.2.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser dirigidos por escrito à Comissão de Licitação do CRN-2, através do e-mail [administracao@crn2.org.br](mailto:administracao@crn2.org.br).

**19.3.** Todos os pedidos de esclarecimentos deverão ser formulados por escrito. Não serão atendidos questionamentos e/ou consultas feitos verbalmente, seja por meio telefônico ou pessoalmente.

**19.4.** A Comissão de Licitação não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou provedor, tanto do emissor quanto do receptor.

**19.5.** Eventuais correções e/ou alterações elaboradas pelo Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região serão efetuadas como aditamento ao presente Edital na forma da Lei, sendo comunicadas às licitantes e divulgadas de igual maneira com que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando inquestionavelmente as correções e/ou alterações não afetarem a formulação das propostas.

**19.6.** Ao final da sessão de julgamento das propostas, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, no que lhe será concedida o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, na qual poderá juntar memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

**19.6.1.** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, na sessão, importará a decadência do direito de recurso.

**19.6.2.** O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

**19.6.3.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**19.6.4.** A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata.

**19.6.5.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região, homologará a adjudicação para determinar a contratação.

**19.7.** Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

**20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1.** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

**20.1.1.** Os envelopes lacrados de habilitação das licitantes que não forem vencedoras poderão ser retirados a partir de 10 dias a contar da sessão pública, sendo destruídos pelo Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região caso não sejam requisitados após 60 dias da mesma sessão.

**20.2.** A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**20.3.** A apresentação de proposta implicará na plena aceitação por parte da licitante das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**20.4.** O Pregoeiro poderá excluir do certame, mediante ato fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a licitante que incorrer em conduta inadequada com o certame.

**20.5.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente no Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região.

**20.6.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação, em contrário, da Comissão de Licitação.

**20.7.** A critério do CRN-2, e sem que tenham os interessados direito a qualquer reclamação ou indenização, esta Licitação poderá ser:

a) cancelada;

b) revogada;

c) anulada;

d) transferida; ou

e) aumentada ou reduzida em suas quantidades, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

**20.8.** É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

**20.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

**20.10.** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

**20.11.** A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

**20.12.** No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**20.13.** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Licitação com observância da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

**20.14.** Fica assegurado ao Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região, sem que caiba aos licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização, o direito de:

a) adiar a data de abertura dos envelopes da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados através de fax, e-mail ou telegrama, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

b) alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a esta Licitação, desde que seja fixado novo prazo para apresentação das propostas, dando conhecimento com antecedência aos interessados.

**20.15.** Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**20.16.** Atuará como Pregoeira nesta licitação a funcionária Magali Krindges, conforme designação feita pela Presidente do CRN2 e, como equipe de apoio os funcionários Mauricio Prestes Schnepfleitner e Michelle de Lemos Gomes.

**20.17.** O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas que vieram a surgir em decorrência deste certame é o da Circunscrição Judiciária Federal de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

**21. DOS ANEXOS**

**21.1.** Integram este Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

a) Anexo I – Termo de Referência;

b) Anexo II – Modelo de declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem as especificações e a licitante atende todos os requisitos de habilitação;

c) Anexo III – Modelo de declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

d) Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços;

e) Anexo V – Modelo de declaração de idoneidade;

f) Anexo VI – Modelo de declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

g) Anexo VII – Minuta de Contrato.

Porto Alegre (RS), 13 de agosto de 2012.

Carmem Kieling Franco

Presidente do CRN-2

CRN-2 2358

Magali Krindges

Pregoeira

CRN-2

**TERMO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

* 1. Prestação de serviços para fornecimento mensal de vale **ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO** na forma de cartões eletrônicos, dotados de tecnologia apropriada, que deverão proporcionar aos funcionários a utilização em estabelecimentos comerciais credenciados.
     1. Vale **ALIMENTAÇÃO** em meio eletrônico, cartão magnético, para aquisição de alimentação e insumos em estabelecimentos comerciais credenciados (supermercados, padarias ou similares).
     2. Vale **REFEIÇÃO** em meio eletrônico, cartão magnético, para aquisição de refeições em estabelecimentos comerciais credenciados (restaurantes, lanchonetes ou similares). Diagnóstico geral de fornecimento:

1. Valor facial atual: R$ 17,50 (dezessete reais e cinquenta centavos) por dia.

b) Quantidade mensal fornecida por funcionário: 22 (vinte dois) dias.

c) Número atual de funcionários: 18 (dezoito).

d) Quantidade mensal estimada: 17,50 (dezessete reais e cinquenta centavos) x 22 (vinte dois) dias x 18 (dezoito) funcionários.

**2. JUSTIFICATIVA E CONDIÇÕES GERAIS**

O serviço de administração e gerenciamento será em beneficio dos funcionários do CRN2, tendo em vista a aquisição do auxílio alimentação e refeição, por meio de cartões eletrônicos, dotados de tecnologia apropriada, conforme condições abaixo:

**2.1.** A quantidade mensal a ser Contratada será de acordo com o número de funcionários pertencentes ao quadro funcional.

**2.2.** Cada funcionário pode optar pelo cartão alimentação ou refeição, o qual será creditado mensalmente o valor previsto no item 1.1.2.

**2.3.** Os cartões alimentação e refeição deverão ter as seguintes características mínimas de segurança:

a) confeccionado em plástico tipo PVC, personalizado com a logomarca proponente;

b) com crédito e bloqueio on-line (imediato);

c) alta durabilidade e segurança;

d) sem prazo de validade.

**2.4.** A composição do preço deverá considerar a modalidade de livre adesão, ou seja, os funcionários tem a possibilidade de escolha entre vale alimentação ou vale refeição, sendo que o CRN2 poderá migrar em 100% (cem por cento) a quantidade de cartões eletrônicos alimentação para refeição, ou vice-versa, a qualquer tempo, durante a vigência contratual, sem que caiba a Contratada direito compensatório.

**2.5.** A taxa de administração lucro será a mesma para vale alimentação e refeição.

**2.6.** A quantidade a ser Contratada deverá prever eventual acréscimo ou redução em até 25% (vinte cinco por cento), em caso de alteração do quadro funcional.

**2.7.** O valor facial do vale alimentação e refeição será reajustado anualmente mediante autorização do CRN2.

**2.8.** As atividades do CRN2 também são realizadas em outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul, devendo o vale alimentação e refeição serem aceitos em pelo menos 60% (sessenta por cento) dos municípios do interior do estado.

**2.9.** O prazo de implantação do sistema e prestação dos serviços de fornecimento de cartões eletrônicos alimentação e refeição, quando for o caso, deverão ser da seguinte forma:

a) prazo de entrega de novos cartões eletrônicos e senhas: até 10 (dez) dias úteis;

b) remissão de cartões eletrônicos: até 07 (sete) dias úteis;

c) remissão de senhas: até 07 (sete) dias úteis;

d) alimentação dos cartões: até 04 (quatro) dias úteis.

**3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Prestar os serviços, objeto da licitação e Contrato rigorosamente em conformidade com o estabelecido neste instrumento, em especial em:

**3.1.** Disponibilizar para cada funcionário 01 (hum) cartão magnético para vale alimentação ou refeição (de acordo com a escolha do funcionário), sem prazo de validade e sem ônus para o CRN2, sendo os valores mensais e cumulativos, sem prazo de validade de crédito.

**3.2.** Entregar os primeiros cartões magnéticos solicitados a partir da assinatura do Contrato, na sede do CRN2, sem custo, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do início da vigência do Contrato, para todos os funcionários relacionados em documento a ser enviado à Contratada.

**3.3.** Recarregar os cartões, de forma automática, conforme solicitação da Contratante, disponibilizando mensalmente nos respectivos cartões magnéticos, em até 4 (quatro) dias úteis contados da data da solicitação à Contratada.

**3.4.** Disponibilizar nos cartões magnéticos, controle de proteção por senha pessoal, número sequencial de controle individual, dispositivos de segurança e controle para impedir sua falsificação.

**3.5.** No caso de perda, roubo, furto, extravio ou imperfeições, o funcionário terá direito a reposição do cartão, durante a execução do Contrato. Nesses casos, o cartão deverá ser fornecido com remissão de senha e no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis a contar da data da solicitação. Ao receber o novo cartão os créditos acumulados deverão estar disponíveis.

**3.6.** A Contratada deverá disponibilizar para os funcionários, usuários dos cartões alimentação e refeição, a possibilidade de consulta ao saldo disponível, consulta à rede afiliada via internet, comunicação de perda, roubo, furto ou extravio através de central telefônica.

**3.7.** A Contratada disponibilizará sistema próprio para os pedidos de créditos mensais de vale alimentação e refeição.

**3.8.** A Contratada deverá dispor de meio eletrônico, preferencialmente internet, que possibilite a Contratante solicitar cartões, bloqueios ou cancelamentos de créditos de vale alimentação e refeição.

**3.9.** Os cartões deverão ser entregues em envelopes individuais, deverão necessitar de senha para sua utilização e/ou que tenha senha pré-definida. Estas deverão estar bloqueadas.

**3.10.** Os créditos dos vales alimentação e refeição não utilizados no mês disponibilizado deverão ter sua validade renovada a cada nova recarga.

**3.11.** A Contratante deverá ter a possibilidade de solicitar o cancelamento ou estorno de créditos nos cartões fornecidos a seus funcionários.

**3.12.** A Contratada deverá manter nos estabelecimentos credenciados e/ou afiliados à sua rede, indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores ou adesivos.

**3.13.** Quando solicitado pela Contratante, a Contratada deverá disponibilizar relatórios gerenciais onde conste o nome do funcionário, número do cartão, data e valor do crédito concedido, local, data e valor da utilização do crédito concedido e quantidades e cartões alimentação e refeição reemitidos para cada funcionário.

**3.14.** Acatar as instruções e observações que emanem de fiscalização, desde que sejam exigências estabelecidas no Edital, Contrato e/ou legislação pertinente.

**3.15.** Apresentar o documento fiscal específico discriminando todo o serviço fornecido, com indicação de valores, restituindo na conta imediatamente posterior à notificação, através de desconto, que porventura tenha sido pago em virtude de cobrança indevida.

**3.16.** Em relação a seus empregados, responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do Contrato, em especial salários, seguros de acidentes, contribuições sociais, indenizações, vales-transportes, vantagens salariais e quaisquer outras que decorram de lei ou de negociações coletivas de trabalho.

**3.17.** Arcar com as despesas decorrentes de quaisquer infrações praticadas por seus empregados ou prepostos, relacionadas com a execução do Contrato.

**3.18.** Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

**3.19.** A inadimplência da Contratada, com referência a estes encargos, não transfere à Contratante a responsabilidade pelo seu pagamento nem poderá onerar o preço ajustado para a execução do objeto do Contrato, razão pela qual a licitante renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade ativa ou passiva com o CRN-2.

**3.20.** Manter, durante o período de vigência do Contrato, um preposto especialmente designado para representá-la perante a Contratante, o qual deverá comparecer à Sede do CRN-2 sempre que solicitado, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução dos serviços contratados.

**3.21.** Prestar os serviços de forma meticulosa e contínua, não sendo admitida interrupção de qualquer natureza.

**3.22.** Comunicar por escrito à Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários, bem como a ocorrência de qualquer fato impeditivo à fiel execução do Contrato.

**3.23.** Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas no prazo que para tanto lhe for concedido.

**3.24.** Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a prestação dos serviços contratados, independente de solicitação.

**3.25.** Manter absoluto sigilo com referência a assuntos de que tome conhecimento em função do cumprimento do objeto desta Licitação.

**3.26.** Executar diretamente o Contrato, ficando expressamente vedada a subcontratação total ou parcial de outra empresa para esse fim.

**3.27.** Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, bem como, manter as mesmas condições habilitatórias exigidas na contratação, em especial, no que se refere ao recolhimento dos impostos federais, estaduais e municipais, as quais são de natureza “sine qua non” para a emissão de pagamentos e aditivos de qualquer natureza.

**3.28.** Manter atualizadas as certidões de regularidade fiscal, constantes do Edital de licitação.

**4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Compete ao CRN2:

**4.1.** Solicitar a disponibilização dos créditos dos vales alimentação e refeição mensalmente.

**4.2.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do Contrato.

**4.3.** Atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s), após o aceite dos serviços executados.

**4.4.** Proporcionar condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas do Edital.

**4.5.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

**4.6.** Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade dos serviços.

**4.7.** Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas.

**4.8.** Pagar o valor referente à remissão de cartões.

**4.9.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, acerca de eventuais problemas verificados na prestação dos serviços.

**4.10.** Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento dos serviços contratados.

**4.11.** Observar para que, durante a vigência do Contrato, sejam mantidas todas as condições de qualificação exigidas para a contratação, bem como, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

**4.12.** Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, através de empregado designado para este fim, na forma prevista no artigo 67 da Lei n° 8.666/93.

**4.13.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços fora do estabelecido ou que estejam em desacordo com o Termo de Referência.

**4.14.** Solicitar a presença, imediata, de responsável ou preposto indicado pela Contratada, objetivando a tomada de providências cabíveis à correção de possíveis irregularidades identificadas.

**4.15.** Aplicar as penalidades previstas no Edital e/ou Contrato, sempre que a conduta da empresa Contratada ou da empresa licitante recomendar essas sanções.

**4.16.** Providenciar as publicações oficiais pertinentes no Diário Oficial da União.

**5. VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do instrumento contratual a ser firmado com a vencedora do certame será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que a Contratada oferte preços e condições mais vantajosas para o Contratante, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

**ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE O(S) OBJETO(S) OFERTADOS ATENDEM AS ESPECIFICAÇÕES E A LICITANTE ATENDE AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL 03/2012**

**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÃO ELETRÔNICO ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA FORMA DE DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO ELETRÔNICOS, DOTADOS DE TECNOLOGIA APROPRIADA.**

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL 03/2012 do Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região – CRN2, que o serviço ofertado por esta Empresa (que subscreve abaixo) atende todas as especificações descritas neste Edital; que os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou-se conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o fornecimento dos serviços, dando-se concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, se vencedor desta Licitação, executará o serviço, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste Certame Licitatório e; que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 9 do Edital convocatório.

Local e data:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(assinatura, nome cargo e identificação.)

**ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**PREGÃO PRESENCIAL 03/2012**

**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÃO ELETRÔNICO ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA FORMA DE DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO ELETRÔNICOS, DOTADOS DE TECNOLOGIA APROPRIADA.**

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (NOME DA EMPRESA), CNPJ N. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(endereço completo), declara, sob as penas da lei, com base no artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, que está enquadrada na definição de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Microempresa/ Empresa de Pequeno Porte) .

Local e data:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(assinatura, nome cargo e identificação.)

**ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO PRESENCIAL 03/2012**

**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÃO ELETRÔNICO ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA FORMA DE DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO ELETRÔNICOS, DOTADOS DE TECNOLOGIA APROPRIADA.**

Contratação de Empresa especializada no fornecimento de vales alimentação e refeição para os funcionários do CRN2, conforme especificações constantes no Termo de Referência, anexo I do Edital Pregão Presencial nº 03/2012, nas quantidades e especificações definidas.

**Percentual da taxa de administração: \_\_\_\_\_% (máximo de duas casas decimais).**

**Valor de remissão de cartão: xx,00 (xx reais).**

Prazo de validade da proposta (não inferior a 60 dias corridos, caso não seja indicado, será considerada 60 dias corridos).

Propomos executar, sob nossa integral responsabilidade, os serviços objeto deste Pregão, de acordo com os prazos e especificações constantes do respectivo Edital e seus anexos, estando incluídos no valor acima proposto todos os encargos operacionais e tributos devidos.

Declaramos que, nos preços ora propostos e naqueles que por ventura vierem a ser ofertados através de lances, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis à perfeita prestação dos serviços objeto desta proposta.

Cidade - UF, de de 2012.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(nome e número da identidade do representante legal)

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

**PREGÃO PRESENCIAL 03/2012**

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÃO ELETRÔNICO ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA FORMA DE DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO ELETRÔNICOS, DOTADOS DE TECNOLOGIA APROPRIADA.

(local e data)

###### A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pelo CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS – 2ª REGIÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2012, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com o PODER PÚBLICO, em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(assinatura, nome cargo e identificação.)

**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO MENOR**

**PREGÃO PRESENCIAL 03/2012**

**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÃO ELETRÔNICO ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA FORMA DE DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO ELETRÔNICOS, DOTADOS DE TECNOLOGIA APROPRIADA.**

(local e data)

###### A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ portador(a) da carteira de identidade nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(assinatura, nome cargo e identificação.)

**ANEXO VII** - **MINUTA DE CONTRATO**

**Processo: PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2012**

**PARTES:**

**I)** **CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS – 2ª REGIÃO**, entidade de fiscalização profissional nos termos da Lei n0 6.583, de 20.10.1978, com sede na Avenida Taquara nº 586 sala 503, Bairro Petrópolis, Cep 90460-210, Porto Alegre (RS), CGC/MF n0 87.070.843/0001-42, neste ato representado pela Presidente, -------, brasileira, nutricionista, portadora da Carteira de Identidade nº ---------, expedida pela --------, CPF nº ----------, residente e domiciliada em Porto Alegre (RS), e pela Tesoureira, -------- -, brasileira, nutricionista, portadora da Carteira de Identidade nº -----, expedida pela ------, CPF nº ---------, residente e domiciliada em Porto Alegre (RS), doravante designado CONTRATANTE ou CRN-2;

**II)** .................................... , pessoa jurídica de direito privado, com sede ......................................................, CGC/MF ........................, CF/RS ................, neste ato representada pelo seu Diretor......................................... , brasileiro, comerciante, portador da Carteira de Identidade ............................., expedida pela ...................... , CPF ........................................, residente e domiciliado na ...................... , doravante designada CONTRATADA;

Resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços de Administração, Gerenciamento, Emissão, Distribuição e Fornecimento de Cartão Eletrônico Alimentação e Refeição, na forma de documentos de legitimação eletrônicos, dotados de tecnologia apropriada.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - **DOS FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação decorre do procedimento Iicitatório instaurado pelo CRN-2, pelo Pregão Presencial nº 03/2012, no qual se saiu vencedora a ora Contratada, regendo-se em todas as suas cláusulas e condições pelas disposições da Lei n0 8.666, de 21.6.1993 e posteriores alterações.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O objeto da presente Licitação é a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de benefício de auxílio alimentação e refeição, na forma de documentos de legitimação eletrônicos (cartões de alimentação/refeição eletrônicos), dotados de tecnologia apropriada, destinados aos funcionários do CRN2, conforme especificações constantes deste instrumento convocatório e seus anexos.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ESPECIFICAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O vale alimentação deverá obrigatoriamente ser aceito em:

a) no mínimo 2 (dois) grandes supermercados de Porto Alegre (RS);

b) no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos estabelecimentos credenciados ativos no ramo de padarias, mercados e similares na cidade de Porto Alegre (RS);

c) no mínimo 1 (hum) estabelecimento em cada um dos bairros da cidade de Porto Alegre (RS);

d) no mínimo 40% (quarenta por cento) dos estabelecimentos credenciados ativos no ramo de padarias, mercados e similares na cidade de Santa Maria (RS).

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O vale refeição deverá obrigatoriamente ser aceito em:

a) no mínimo 10 (dez) restaurantes e/ou estabelecimentos similares localizados num raio de 2 (dois) Km da sede do CRN2, situada na Av. Taquara, nº 586, conj. 503, bairro Petrópolis em Porto Alegre (RS).

b) pelo menos 40% (quarenta por cento) de estabelecimentos credenciados e ativos em praças de alimentação de no mínimo 08 (oito) shoppings, localizados na cidade de Porto Alegre;

c) no mínimo 1 (hum) estabelecimento em cada um dos bairros da cidade de Porto Alegre (RS);

d) no mínimo 02 (dois) restaurantes e/ou estabelecimentos similares localizados num raio de 2 (dois) Km da Delegacia do CRN2, situada na Av. Alameda Montevidéo, nº 322, sala. 404, bairro Nossa Senhora de Lourdes, na cidade de Santa Maria (RS).

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Os vales alimentação e refeição deverão também ser aceitos em pelo menos 60% (sessenta por cento) dos municípios do interior do Rio Grande do Sul.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O fornecimento de vale alimentação ou refeição é fornecido atualmente para 18 (dezoito) funcionários (podendo ser alterado sem prévia comunicação), no valor de R$ 385,00 (trezentos e oitenta e cinco reais) mensais, para cada funcionário, valor este alterado anualmente conforme dissídio da categoria.

**PARÁGRAFO QUINTO:** As demais especificações, quantitativos e forma de execução do objeto deste Contrato estão detalhadas e dispostas no Termo de Referência, anexo I, parte integrante, devendo ser integralmente obedecidas.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO**

Constituem parte integrante deste Contrato os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

**I –** Edital Pregão Presencial CRN2 nº 03/2012.

**II –** Termo de Referência.

**III –** Proposta de preços apresentada pela Contratada no Pregão Presencial CRN2 nº 03/2012 e documentos de habilitação do respectivo pregão.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Constituem obrigações do CRN2, além das demais previstas neste Contrato ou dele decorrentes, as seguintes:

a) Solicitar a disponibilização dos créditos dos vales alimentação e refeição mensalmente.

b) Fiscalizar o perfeito cumprimento do Contrato.

c) Atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s), após o aceite dos serviços executados.

d) Proporcionar condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas do Edital.

e) Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

f) Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade dos serviços.

g) Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas.

h) Pagar o valor refente à reemissão de cartões.

i) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, acerca de eventuais problemas verificados na prestação dos serviços.

j) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento dos serviços contratados.

k) Observar para que, durante a vigência do Contrato, sejam mantidas todas as condições de qualificação exigidas para a contratação, bem como, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

l) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, através de empregado designado para este fim, na forma prevista no artigo 67 da Lei n° 8.666/93.

m) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços fora do estabelecido ou que estejam em desacordo com o Termo de Referência.

n) Solicitar a presença, imediata, de responsável ou preposto indicado pela Contratada, objetivando a tomada de providências cabíveis à correção de possíveis irregularidades identificadas.

o) Aplicar as penalidades previstas no Edital e/ou Contrato, sempre que a conduta da empresa Contratada ou da empresa licitante recomendar essas sanções.

p) Providenciar as publicações oficiais pertinentes no Diário Oficial da União.

**CLÁUSULA SEXTA** - **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A Contratada se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento e em especial:

a) Disponibilizar para cada funcionário 01 (hum) cartão magnético para vale alimentação ou refeição (de acordo com a escolha do funcionário), sem prazo de validade e sem ônus para o CRN2, sendo os valores mensais e cumulativos, sem prazo de validade de crédito.

b) Entregar os primeiros cartões magnéticos solicitados a partir da assinatura do Contrato, na sede do CRN2, sem custo, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do início da vigência do Contrato, para todos os funcionários relacionados em documento a ser enviado à Contratada.c) Recarregar os cartões, de forma automática, conforme solicitação da Contratante, disponibilizando mensalmente nos respectivos cartões magnéticos ou similares, em até 4 (quatro) dias úteis contados da data da solicitação à Contratada.

d) Disponibilizar nos cartões magnéticos, controle de proteção por senha pessoal, número sequencial de controle individual, dispositivos de segurança e controle para impedir sua falsificação.

e) No caso de perda, roubo, furto, extravio ou imperfeições, o funcionário terá direito a reposição do cartão, durante a execução do Contrato. Nesses casos, o cartão deverá ser fornecido com remissão de senha e no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis a contar da data da solicitação. Ao receber o novo cartão os créditos acumulados deverão estar disponíveis.

g) A Contratada deverá disponibilizar para os funcionários, usuários dos cartões alimentação e refeição, a possibilidade de consulta ao saldo disponível, consulta à rede afiliada via internet, comunicação de perda, roubo, furto ou extravio através de central telefônica.

h) A Contratada disponibilizará sistema próprio para os pedidos de créditos mensais de vale alimentação e refeição.

i) A Contratada deverá dispor de meio eletrônico, preferencialmente internet, que possibilite a contratante solicitar cartões, bloqueios ou cancelamentos de créditos de vale alimentação e refeição.

j) Os cartões deverão ser entregues em envelopes individuais, deverão necessitar de senha para sua utilização e/ou que tenha senha pré-definida. Estas deverão estar bloqueadas.

k) Os créditos dos vales alimentação e refeição não utilizados no mês disponibilizado deverão ter sua validade renovada a cada nova recarga.

l) A Contratante deverá ter a possibilidade de solicitar o cancelamento ou estorno de créditos nos cartões fornecidos a seus funcionários.

m) A Contratada deverá manter nos estabelecimentos credenciados e/ou afiliados à sua rede, indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores ou adesivos.

n) Quanto solicitado pela Contratante, a Contratada deverá disponibilizar relatórios gerenciais onde conste o nome do funcionário, número do cartão, data e valor do crédito concedido, local, data e valor da utilização do crédito concedido e quantidades e cartões alimentação e refeição reemitidos para cada funcionário.

o) Acatar as instruções e observações que emanem de fiscalização, desde que sejam exigências estabelecidas no Edital, Contrato e/ou legislação pertinente.

p) Apresentar o documento fiscal específico discriminando todo o serviço fornecido, com indicação de valores, restituindo na conta imediatamente posterior à notificação, através de desconto, que porventura tenha sido pago em virtude de cobrança indevida.

q) Em relação a seus empregados, responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do Contrato, em especial salários, seguros de acidentes, contribuições sociais, indenizações, vales-transportes, vantagens salariais e quaisquer outras que decorram de lei ou de negociações coletivas de trabalho.

r) Arcar com as despesas decorrentes de quaisquer infrações praticadas por seus empregados ou prepostos, relacionadas com a execução do Contrato.

s) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

t) A inadimplência da Contratada, com referência a estes encargos, não transfere à Contratante a responsabilidade pelo seu pagamento nem poderá onerar o preço ajustado para a execução do objeto do Contrato, razão pela qual a licitante renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade ativa ou passiva com o CRN-2.

u) Manter, durante o período de vigência do Contrato, um preposto especialmente designado para representá-la perante a Contratante, o qual deverá comparecer à Sede do CRN-2 sempre que solicitado, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução dos serviços contratados.

v) Prestar os serviços de forma meticulosa e contínua, não sendo admitida interrupção de qualquer natureza.

x) Comunicar por escrito à Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários, bem como a ocorrência de qualquer fato impeditivo à fiel execução do Contrato.

y) Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas no prazo que para tanto lhe for concedido.

w) Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a prestação dos serviços contratados, independente de solicitação.

v) Manter absoluto sigilo com referência a assuntos de que tome conhecimento em função do cumprimento do objeto desta Licitação.

aa) Executar diretamente o Contrato, ficando expressamente vedada a subcontratação total ou parcial de outra empresa para esse fim.

ab) Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, bem como, manter as mesmas condições habilitatórias exigidas na contratação, em especial, no que se refere ao recolhimento dos impostos federais, estaduais e municipais, as quais são de natureza “sine qua non” para a emissão de pagamentos e aditivos de qualquer natureza.

ac) Manter atualizadas as certidões de regularidade fiscal, constantes do Edital de licitação.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A execução dos serviços objeto deste Contrato será coordenada, orientada e fiscalizada pelo funcionário designado pela Diretoria do CRN-2 para este fim, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, conforme previsto no artigo 67 da Lei n° 8.666/93, observados os critérios específicos do Termo de Referência, devendo a Contratada fornecer relatórios, informações e quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, no prazo que para tanto lhe for assinado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Caberá ao fiscal do Contrato à atestação das faturas correspondentes aos serviços prestados e executados, condição indispensável para a quitação das mesmas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Caberá ao fiscal do Contrato proceder à avaliação do contratado para fins de subsidiar a Diretoria e/ou Plenário na renovação anual do Contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

A Contratante poderá a qualquer tempo recusar os serviços prestados, no todo ou em parte, sempre que os mesmos não atenderem ao estipulado neste Contrato, no Edital Pregão Presencial nº 03/2012 e seus anexos ou aos padrões técnicos de qualidade exigíveis.

**PARÁGRAFO QUARTO**

A Contratada deverá manter preposto especialmente designado para representá-la perante a Contratante, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do Contrato.

**PARÁGRAFO QUINTO**

A fiscalização efetuada pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

O valor da taxa de administração mensal será de xx% aplicado sobre o valor total da fatura referente aos créditos disponibilizados nos cartões alimentação e refeição requisitados mensalmente pelo CRN2, sendo esta a única remuneração referente a execução dos serviços.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A taxa para remissão de cartão magnético será de R$ xx,00 (xx reais).

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Para efeito de cobranças dos valores contratuais, a Contratada, deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura, identificadas pela empresa, discriminando detalhadamente todas as importâncias devidas para o fornecimento do objeto, inclusive a retenção de impostos e tributos (se houver), correspondentes aos serviços efetivamente prestados. Havendo erro ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será reiniciado após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CRN2.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Recebida a nota fiscal/fatura discriminativa, o CRN2 providenciará sua aferição e, após aceitação dos serviços prestados, efetuará o pagamento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da respectiva nota fiscal.

**PARÁGRAFO QUARTO**

O atraso no pagamento das Notas Fiscais/Faturas emitidas, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, sujeitará o Contratante ao pagamento de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do débito incidente a partir da dia seguinte ao do vencimento e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados “pro rata tempore”, contados a partir da data de vencimento da fatura, bem como atualização do débito pelo IGP-M publicado pela Fundação Getúlio Vargas ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

**PARÁGRAFO QUINTO**

O pagamento da multa será por intermédio de Nota Fiscal/Fatura específica a ser emitida após a ocorrência.

**PARÁGRAFO SEXTO**

Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à Contratada, ou inadimplência contratual.

**PARÁGRAFO SÉTIMO**

A incidência de impostos e encargos inerentes ao fornecimento dos serviços, deverão ser descontados e discriminados no corpo do documento fiscal. A retenção de tributos federais será efetuada nos termos do artigo 64 da Lei nº 9.430/96.

**CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

O Contrato terá vigência por um período de 12 (doze) meses, partir da data de sua assinatura, podendo, a critério do Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que a Contratada oferte preços e condições mais vantajosas para o CRN-2, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, podendo ser alterado, exceto no tocante ao seu objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE, REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

a) O percentual proposto não sofrerá reajuste, mesmo nas prorrogações contratuais.

b) O valor referente à reemissão de cartões será reajustado somente nas prorrogações de Contrato, respeitado o interrogno mínimo de 1 (hum) ano tendo como limite máximo o INPC, nos termos da Lei.

c) Será permitida a repactuação do Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contados a partir da data de vigência do Contrato, devendo ser apresentada a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos, devidamente justificada/comprovada, para análise e manifestação da Contratante.

d) Poderá haver reequilíbrio econômico-financeiro do instrumento contratual na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual (art. 65, inc. II, alínea “d”).

e) Nesse caso, a Contratada deverá demonstrar analiticamente a variação dos componentes dos custos do Contrato, devidamente justificada, onde tal demonstração será analisada pelo CRN2 para verificação de sua viabilidade e/ou necessidade.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite de 25% (vinte e cinco por centro) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme preceitua o parágrafo 1º art. 65 da lei 8.666/93, sempre mediante a lavratura de Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA -**  **DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da execução do objeto deste Contrato correrão à conta do orçamento do CRN-2, código orçamentário nº 62211010404048.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA -** **DA RESCISÃO**

Salvo motivo de força maior plenamente justificado a critério da Contratante, o presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por ato administrativo unilateral, nas formas e hipóteses previstas nos artigos 78 e 79, da Lei n.º 8.666/93 e posteriores alterações, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, sem embargo da imposição das penalidades do artigo 80 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações, e das penalidades previstas na cláusula décima terceira, que se mostrarem cabíveis em processo administrativo regular.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Pela rescisão do Contrato caberá indenização à Contratada somente na hipótese e forma prevista no parágrafo 2.º do artigo 79 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

As partes reconhecem os direitos da Administração, em casos de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Ocorrendo a rescisão deste Contrato, por qualquer motivo, a partir da data da rescisão cessará imediatamente qualquer responsabilidade da Contratante pelo uso indevido de qualquer serviço oferecido direta ou indiretamente pela Contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial dos serviços previstos no Contrato, pela execução desses serviços em desacordo com o estabelecido no Contrato, ou pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, e observada a gravidade da ocorrência, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

a) advertência formal, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, em caso de inexecução total do Contrato;

c) multa moratória de 0,5% (cinco décimos um por cento) do valor mensal do Contrato por dia de atraso na execução do serviço;

d) multa moratória de 0,1% (um décimo um por cento) do valor mensal do Contrato por dia de atraso no atendimento às solicitações da Contratante, previstas em Contrato;

e) suspensão do direito de licitar e de contratar com o Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região, pelo prazo de até 02 (dois) anos, que será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, sem prejuízo das eventuais multas aplicadas;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir à Contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

As multas descritas serão descontadas de pagamentos a serem efetuados, ou ainda, quando for o caso, cobradas administrativamente e, na impossibilidade, judicialmente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

As multas serão calculadas sobre o valor global do Contrato e são independentes, isto é, a aplicação de uma não exclui a outra.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

As penalidades de advertência, de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CRN-2 e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas pelo(a) Presidente deste, podendo ser cumulativamente com a aplicação de multa, sempre que a conduta da empresa licitante ou da empresa Contratada recomende essas sanções.

**PARÁGRAFO QUARTO**

A adjudicatária não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pelo Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela própria Contratante.

**PARÁGRAFO QUINTO**

Será facultado à Contratada o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer dos casos previstos nas sanções administrativas.

**PARÁGRAFO SEXTO**

As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**

A Contratada se declara ciente que é a única responsável pelo fornecimento do contratado, incidindo sobre ela qualquer penalidade prevista pelo descumprimento das obrigações assumidas, independente de atos e/ou omissões de eventual preposto.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**

A Contratada responsabiliza-se por todos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do presente Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA**

A Contratada é responsável ainda, por quaisquer danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo pelo não cumprimento às cláusulas e condições do presente Contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

A Contratada se compromete a assumir o pagamento de quaisquer emolumentos e tributos federais, estaduais e municipais que venham a incidir sobre os serviços prestados, bem como, o pagamento de qualquer multa aplicada pelas autoridades constituídas, por falta de observância ou violação por parte da Contratada dos dispositivos legais aplicáveis à prestação de serviços.

##### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA**

A Contratada declara estar em dia com todas as obrigações fiscais e legais para o desempenho de sua função.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA

Os tributos, impostos, taxas, contribuições fiscais e parafiscais, devidos direta ou indiretamente em função do presente Contrato ou sua execução constituem ônus e responsabilidade do contribuinte, conforme definido na legislação tributária pertinente.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

A Contratante não poderá ser responsabilizada por prejuízos resultantes do caso fortuito ou força maior no decorrer da prestação de serviços ora contratados.

###### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

O não exercício pelo Contratante, no todo ou em parte, de qualquer dos direitos e faculdades que lhe são assegurados no presente instrumento deverá, sempre, em qualquer hipótese, ser considerado mera liberalidade do mesmo, não constituindo, de forma alguma, novação ou alteração das condições ora pactuadas, nem tampouco renúncia a qualquer direito ou faculdade.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO SIGILO**

Todas as informações e dados técnicos exclusivos, os quais são considerados confidenciais pelo Contratante, fornecidos em função do presente Contrato serão recebidos e mantidos pela Contratada em sigilo, obrigando-se a preservar sua confidencialidade e a não os divulgar a terceiros.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA**

Na execução do Contrato, em especial nos casos omissos, será aplicada a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como os preceitos do direito público, aplicando-se, supletivamente os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado, conforme o caput do artigo 54 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA**

O presente Contrato constitui ato jurídico perfeito, que espelha a livre manifestação dos Contratantes e é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes Contratantes.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA**

As partes declaram, guardando os princípios de probidade e boa-fé, que não conhecem qualquer fato ou qualidade que a outra parte não tenha conhecimento, e que, se conhecido o negócio não se teria realizado.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA**

A Contratada indica como seu representante junto ao CRN2, o(a) Sr.(a), portado(a) do RG nº, inscrito no CPF sob o nº, telefone nº, endereço, o(a) qual, durante toda a vigência do Contrato, será a pessoa a qual o CRN2 recorrerá sempre que for necessário, inclusive para requerer esclarecimentos e exigir solução de eventuais pendências ou falhas que por ventura venham a surgir durante o Contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**

Este Contrato fica vinculado ao Edital de Pregão Presencial nº 03/2012 e anexos, bem como à Proposta de Preços apresentada pela Contratada na licitação, devendo os respectivos termos serem observados na execução do presente instrumento.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93, o presente instrumento contratual será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA** - **DO FORO**

O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas que vieram a surgir em decorrência deste certame é o da Circunscrição Judiciária Federal de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Porto Alegre (RS), ---- de -------- de 2012.

Pelo CRN-2:

--------------------------------- --------------------------------

Presidente Tesoureira

CRN-2 CRN-2

Pela Contratada:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:

CPF: CPF: